

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002014-66.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **Luiz Donizette Venancio Pereira**  
 Requerido: **Instituto Nacional de Previdencia Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**LUIZ DONICETTE VENÂNCIO PEREIRA** ajuizou **AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO** em face de **INSS – Instituto Nacional do Seguro Social**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, trabalhando na empresa Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda sofreu acidente de trabalho que comprometeu seu joelho esquerdo. Sustentou que referido acidente lhe causou uma incapacidade para o trabalho.

Devidamente citado, o requerido contestou alegando que o requerente não preenche os requisitos para o recebimento de auxílio acidente e que a incapacidade não restou comprovada. Pediu a improcedência da ação.

O laudo pericial foi encartado às fls. 113/116.

O requerente foi intimado por duas vezes a descrever nos autos como se deu o acidente e preferiu o silêncio.

**É o relatório.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DECIDO.**

O autor pretende a concessão de auxílio-acidente dizendo ser portador de lesão que entende de cunho ocupacional (comprometimento do joelho esquerdo, atrofia de musculatura de panturrilha direita, fratura consolidada com calo ósseo no fêmur direito).

A perícia médica judicial – única realizada - apontou que a incapacidade do autor não tem qualquer vínculo com acidente de trabalho (cf. fls. 115).

Por outro lado, embora sustente o autor que a enfermidade de que padece é decorrente de um acidente do trabalho permaneceu inerte aos comandos do juízo que o instavam a descrever como, de fato, ocorreu o evento mencionado na inicial.

Para a concessão do benefício pleiteado deve haver prova de que no desempenho da atividade laboral ocorreu o acidente, hipótese incorrente nesses autos.

Destarte, só resta ao autor demandar perante a Justiça Federal os benefícios previdenciários cabíveis.

Nesse sentido, o seguinte julgado: ACIDENTE DE TRABALHO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA OU DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. BANCÁRIA. DORES NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO E EM ANTEBRAÇO DIREITO. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. LAUDO PERICIAL. DEMANDA IMPROCEDENTE. PERÍCIA QUE DIAGNOSTICOU PATOLOGIA PSIQUIÁTRICA, CUJA ORIGEM NÃO SE RELACIONA COM ACIDENTE DE TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DEMANDA A SER AJUIZADA PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL, SOB ESTE FUNDAMENTO. DESCABE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO QUANDO INEXISTE NEXO CAUSAL ENTRE A MOLÉSTIA APRESENTADA PELO EMPREGADO, A QUAL NÃO ACARRETA PREJUÍZO PARA FUNÇÕES HABITUAIS, E O ACIDENTE NOTICIADO NOS AUTOS. PROVA PERICIAL QUE AFIRMA APRESENTAR A AUTORA PATOLOGIA PSIQUIÁTRICA QUE A INCAPACITA PARA AS ATIVIDADES LABORATIVAS. NEGADO SEGUIMENTO AO APELO. (Apelação Cível n. 70031249162, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Relator: Paulo Antônio Kretzmann, julgado em 09/03/2010).

Assim, diante da ausência de liame a ação não tem como prosperar.

\*\*\*

Pelo exposto, **JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial.**

Sucumbente, arcará o autor com o pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em R\$ 940,00, além dos honorários do vistor oficial (desembolsados pelo INSS), observando-se a gratuidade decorrente da lei beneficiária.

Transitada em julgado esta decisão, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo definitivo.

**P.R.I.**

São Carlos, 31 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**